



Editais nº 1579649
Disponibilização: 18/07/2025
Publicação: 18/07/2025

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA COMITÊ INTERSETORIA DE POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Rua Libero Badaró, 119 - Bairro Centro - São Paulo/SP

Telefone: 11-2833-4150

PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPDSR/COMITEPOPRUA Nº 129501300

ATA DE REUNIÃO Nº 52

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA

REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2025

Participantes Governo: Karen Barbosa (SMDHC); Catherine Russo Munhoz Espinoza (SME); Guilherme Superintendente (GCM- SMSU); Thiago Fijos (SME); Erico Casagrande (SMSUB); Inspetor Di Cresce (GCM- SMSU); Karina Ambrozio (SME); Mary Luciana Cunha (SMADS)

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Gisele Abreu

Participantes Organização Social: Cleiton Ferreira (É de Lei)

Convidado: Roberta Cristina (SMDHC); Daniela Santiago (SMDHC); Victor Hugo Emanuel, Cauane, Cris Silva /MNPR; Whilherson Carlos Luiz (DPESP); Maria Clara Ferreira; Gabriela; Aline (RECIFRAN); Aline Ferreira; Roseli Kraemer; Daniel Rocha e Silva; Caroline Baggio Paim Pinto (ODH); Giovana Jesus Santana; Luan Miguel dos Santos; Michael Garcia; Karina Ambrozio (SME); Octávio - NPJ Zaki Narchi; Eduardo Felipe Gomes; Alderon Costa (REDE RUA).

Às 15:10 iniciou-se a reunião presidida por Karen Fernanda. Fornecendo os informes da reunião, alertando que ela estava sendo gravada para conhecimento das pessoas presentes. Informou a não presença da SMADS, mas informando que a representante Mary irá entrar em alguns minutos fornecendo as respostas e destacando que se faz necessário se manter a pauta que é sobre zeladoria urbana e pede que respeitem o tempo de cada um, abre para falas.

Gisele, primeira inscrita, destaca que esteve em uma Tenda das operações de baixas temperaturas (OBT) e que, Tenda que fica localizada na República, informa que a população estava sem cobertura e não se tem banheiro. Informa que o SEAS chega por volta das 18 horas e o ônibus que veio levou somente 10 pessoas para acolhimento, e que o ônibus foi vazio, e que é um descaso. Gisele destaca que no papel que consta na Tenda tem chocolate quente, tinha também chá, sopa e copo de água, e não estão distribuindo nada disso, e principalmente roupas como moletom, conjunto e touca com luva. A maioria das pessoas que queriam

atendimento foi informada que não tem vaga. Informa que chegaram três vans e os funcionários estavam todos no telefone. Informa que é dinheiro público e precisa se ter uma fiscalização nas Tendas de baixa temperatura. Gisele informa que está demais a questão de descaso das vagas no Centro Pop e informa que lá não aparece onde tem ou não vagas disponíveis. Gisele informa que não tem como pessoas dormirem no chão e mães com crianças pedindo vaga, e nem para idosos ou pessoas LGBTQIAPN+. Gisele pede que a SMDHC, juntamente com o comitê, faça uma visita aos locais para entender.

Karen pede para que Gisele formalize por e-mail as imagens que ela fez e vídeos também e pede por e-mail e não por whatsapp e passa a fala para Vitor Hugo.

Vitor Hugo inicia sua fala informando que a abordagem social do SEAS não está de acordo, pois a população de rua que tem que abordar. Relata que fez uma solicitação de abordagem às 21h no protocolo do 156, e o prazo é de no máximo 3 horas, e o protocolo dele foi somente atendido no outro dia às 13h, e com isso foram 12 horas de espera. Ele recebeu uma notificação do 156 onde o protocolo foi encerrado, pois alguém pediu para cancelar a abordagem social dele. Vitor Hugo informa que foi ao Ministério Público relatar o que aconteceu e, depois, o protocolo dele foi cancelado. Também pede para deixar registrado a falta de vagas para crianças e mães, idosos e pessoas LGBTQIAPN+, e que a PopRua está há dias e dias no frio e na chuva e não se tem apoio da secretária da SMADS, Eliana Gomes, e ela não ajuda e muito menos escuta as pessoas em situação de rua. Informa que estão cansados de eles não fazerem nada e destaca que é somente reunião, reunião e mais reunião, juntamente com relatórios, e ninguém se coloca na prática. Informa que quem está em vulnerabilidade social sente na pele todo o descaso, de agressões, fome, frio, e quando se consegue cobertas ou doações, a GCM e a Polícia Militar vão e pegam e espantam. E se não se pode dormir com as cobertas que se ganha, cadê as vagas? Cadê as secretarias? Secretaria de Assistência Social? Cadê os Direitos Humanos? A Secretaria de Segurança? E deixa seu repúdio do que está acontecendo todos os dias e não se vê nenhum órgão sendo movimentado para a PopRua.

Vitor Hugo descreve, por meio do chat ainda relata mais coisas, a situação enfrentada pela população em situação de rua em São Paulo, destacando que a precariedade no acolhimento tem se agravado nos últimos anos. Apesar da existência de políticas públicas e programas voltados à assistência social, a capacidade de resposta tem se mostrado insuficiente diante do crescimento dessa população e da complexidade de suas demandas.

Problemas mais frequentes identificados:

Superlotação dos abrigos e centros de acolhida:

Muitos desses espaços operam no limite ou acima da capacidade, comprometendo a qualidade do atendimento, a segurança e as condições de higiene.

Falta de abordagem humanizada e contínua:

A abordagem social, quando ocorre, é muitas vezes pontual e não assegura um acompanhamento de longo prazo com foco na reintegração social.

Falta de políticas integradas (saúde, moradia, trabalho):

A população em situação de rua necessita de apoio intersetorial — o acolhimento por si só não resolve a exclusão social sem o acesso a serviços de saúde mental, oportunidades de trabalho e moradia permanente.

Baixa oferta de acolhimento para perfis específicos:

Há uma carência de serviços voltados a mulheres, pessoas LGBTQIA+, migrantes e famílias — grupos que enfrentam vulnerabilidades ainda mais acentuadas.

Criminalização da pobreza:

Ainda ocorrem ações higienistas e repressivas, especialmente em áreas centrais com alta concentração de pessoas em situação de rua, como a região da Cracolândia.

Cleiton Ferreira pergunta quais são as secretarias presentes para conseguir entender e informa que será breve. Questiona se tem alguém da Secretaria de Segurança e da Zeladoria Urbana. Informa que os casos que trouxeram são muito graves, pois receberam denúncias de pessoas que ligaram para o SEPAS e não conseguiram atendimento, e quando se consegue o protocolo, a pessoa que fica esperando é escorraçada do lugar porque não se pode ficar em pontos parados. Destaca que gostaria de saber se tem alguém para responder sobre as retiradas das mantas nas baixas temperaturas e, ainda, a questão da Segurança Pública que não dialoga com a Assistência por conta das vagas, e assim vai.

Karen retorna a Cleiton, agradece por lembrar e informa sobre os representantes da SMDHC, sendo Roberta, Daniela e ela; da SMSUB, Érico Casagrande; Thiago Fijos, da SME; da Secretaria da Segurança, o Inspetor Guilherme; e Wilherson, da Defensoria Pública. Destaca também os conselheiros presentes. Informa ainda sobre Mary, que já entrará na reunião e que é da SMADS.

Cleiton Ferreira destaca que é importante que o representante da Secretaria de Segurança se manifeste e esclareça sobre os casos de ações da GCM de retirar as pessoas que ficam na espera do SEAS. Questiona se há relatos e menciona que, na sede, ficaram esperando, e que há uma demora de até 3 horas. Ressalta que, em alguns pontos da cidade, as pessoas não conseguem permanecer, e fala sobre ações da Zeladoria Urbana de retirada de mantas — ainda que sejam poucas unidades — pois a prefeitura doou poucas.

Karen destaca que SMS está presente também.

Inspetor Guilherme, próximo inscrito, destaca que o acompanhamento da Zeladoria Urbana não tem no Procedimento Padrão Operacional, a orientação de que a GCM recolha esse material. Informa que, conforme o decreto que rege a PopRua, materiais que servem para abrigo, documentos e panelas não são recolhidos — apenas materiais inservíveis. Destaca que o recolhimento ocorre somente quando se trata de cobertores largados na rua, e que a GCM sempre pede que se tenha filmagens para comprovar o motivo do recolhimento desses materiais.

Cleiton informa que entendeu, mas que houve problemas nessa comunicação, pois estão recebendo relatos de pessoas que estão aguardando para serem acolhidas e são direcionadas a sair do local de espera. Ele destaca que o 156 e o tempo que demora para atendimento são um problema, pois as pessoas não conseguem esperar no local porque a GCM as faz circularem. Cleiton se dirige ao Inspetor Guilherme e gostaria de saber o porquê dessa situação.

Vitor Hugo também se dirige ao Inspetor e relata que a GCM pega os cobertores das pessoas em situação de rua. Relata um caso que aconteceu com ele em frente à Catedral da Sé, onde a GCM pegou as cobertas e as levou para o caminhão da Zeladoria. Informa que estão pegando mochilas também, e que eles a população no qual as coisas estavam sendo retiradas, disseram que iam fazer boletim contra a GCM. Vitor

destaca que estava garoando na escadaria da Sé e, além da GCM ser agressiva ao pegar os pertences, ainda são agressivos e querem intimidar as pessoas que estão em situação de rua.

Guilherme retorna e informa que a GCM não faz o recolhimento de materiais e segue o caminhão da Subprefeitura e o procedimento padrão não é do recolhimento de materiais e nesse caso é interessante conseguirem acompanhar mais de perto e filmar também, pois se faz necessário levar em forma de denúncias, pois não é a forma que a GCM tem que agir durante as ações de zeladoria.

Karen se dirige a Cleiton Ferreira e Vitor Hugo, pedindo que façam uma denúncia concreta. O Inspetor destaca que, muitas vezes, a própria GCM entrega cobertores nas baixas temperaturas.

Cleiton Ferreira considera importante o acompanhamento da GCM operando conforme o decreto e questiona se têm recebido denúncias. Ressalta que a PopRua não tem como fazer filmagens e que, se o fizer, pode ser agredida e sofrer diversas violações. Contudo, destaca que acompanharam a situação por outras formas. Enfatiza que é complicado para as pessoas quererem sair da rua, pois a demanda é gigantesca, e as pessoas ficam paradas aguardando vagas. Destaca que essa violência que está ocorrendo é preocupante. Ressalta que, nessa demanda de frio e violência, ele próprio já presenciou diversas situações, e que têm surgido várias questões e conflitos na comunicação. Também destaca a importância de caminhar pelo território, mencionando pontos da cidade, SMDHC e Defensoria Pública.

Gisele relatou sobre o POT, o prazo e a importância de estar junto com a SMDHC. Citou Adalberto, informando que ele está na coordenação e ocupa o local de coordenador. Destacou também o que a secretária fará em relação às vagas. Informou que, entre os dias 25/06 e 26/06, está prevista uma temperatura de 4°C e questionou como isso será enfrentado. Mencionou as tendas, e apontou que estas não estão realizando o que está descrito no contrato, já que não estão sendo entregues agasalhos, chá, chocolates quentes e, principalmente, não está ocorrendo o acolhimento.

Gisele afirmou que a situação é urgente e solicitou retorno da SMADS, dizendo que não aguenta mais enrolação e enganação. Detalhou ainda a situação no POT da Libero Badaró, onde relatou que pessoas estão sendo desligadas sem justificativa, inclusive uma pessoa doente. Ressaltou a necessidade de um curso de capacitação, pois, segundo ela, os únicos cursos oferecidos são sobre o uso de substâncias. Reforçou que apenas passar filmes não capacita ninguém para o mercado de trabalho, e que essa situação precisa acabar. Solicitou ainda uma investigação sobre as funcionárias Kelly e Cris, que teriam proibido Gisele de entrar no POT. Destacou que as decisões estão sendo tomadas com base em questões pessoais, permanecendo no local apenas quem é do agrado das referidas funcionárias. Relatou que é inadequado manter casos amorosos com funcionários. Em relação aos desligamentos, apontou que as justificativas apresentadas pelas funcionárias são de que as pessoas não comparecem, mas que elas não possuem provas.

Como conselheira, Gisele afirmou ter auxiliado a PopRua a reunir provas no dia em que foi realizar o curso. Informou ainda que as denúncias não são recentes e que, até o momento, nenhuma providência efetiva foi tomada.

Cauane, próxima inscrita, destacou que gostaria de falar sobre o POT, especificamente sobre o funcionamento do programa. Relatou que sua sogra foi desligada, mesmo estando sob o benefício de aluguel social.

Karen, por sua vez, esclareceu que, nesse caso, o encaminhamento adequado seria levar o relato para a reunião ordinária, que ocorrerá no dia 02/07, visto que a representante da Secretaria do Trabalho não

estaria presente na ocasião atual. Especificou ainda que a pauta da presente reunião se tratava exclusivamente sobre Zeladoria Urbana.

Cauane compreendeu a orientação e, em seguida, abordou outra questão, relacionada à SMADS. Destacou que o proprietário do imóvel onde residem solicitou a devolução de todos os apartamentos vinculados ao auxílio aluguel. No entanto, segundo ela, a SMADS compareceu à residência de apenas uma família, o que gerou questionamento sobre o critério adotado. Informou também que entrou em contato com a NDS, solicitando a transferência para o Vila Reencontro, e relatou que foi informada de que não há certeza se será encaminhada novamente para o Vila Reencontro, para um hotel social ou para um CAE. Cauane afirmou que nunca esteve vinculada a um CAE, e, portanto, esse tipo de encaminhamento não faria sentido.

Mencionou sobre a Diagonal, alegando que os acolhidos permanecem lá por até seis meses, mas que, neste período, as pessoas estariam "largadas", sem o devido acompanhamento. Dirigiu-se diretamente à Mary, solicitando que, se houver retorno, seja feito para o Vila Reencontro, e não para um CAE. Finalizou ressaltando que alguém da Secretaria precisa dialogar com essas famílias, oferecendo esclarecimentos e encaminhamentos adequados.

Karen destaca sobre os insumos distribuídos nas tendas e destaca que a SMDHC realiza a compra apenas. Mas, a distribuição é realizada por SMADS e informa sobre o pedido de algum representante da SMDHC realizar uma visita nesses locais para verificar as demandas. Essa visita já ocorre em todas as tendas

Cleiton destacou que os depoimentos apresentados durante a reunião são de suma importância. Sugeriu que, em um próximo encontro, seja possível realizar um remanejamento de materiais, ao mesmo tempo em que reforçou a necessidade de que a SMADS traga uma devolutiva concreta sobre os pontos levantados. Informou que se dispõe a visitar os locais para verificar in loco as formas de distribuição dos recursos e atendimentos. Ressaltou ainda que é fundamental dar atenção às vilas, pois há uma grande rachadura na política de auxílio, o que considera um ponto crítico. Apontou, como pauta para a próxima reunião ordinária, a importância de discutir o eixo da locação social, que consta no decreto de lei, mas que, segundo ele, não tem sido abordado, configurando uma problemática grave.

Cleiton também relatou sua experiência na realização de diversos POTs, e informou que, no caso da sogra de Cauane, existe a possibilidade de reinserção em outros POTs, orientando que seja feito contato com os responsáveis por esse encaminhamento.

Por fim, deixou como encaminhamento a solicitação de fiscalização nas tendas de baixas temperaturas, com foco nos pontos de atendimento e nas condições em que as pessoas estão sendo acolhidas. Ressaltou que essa ação é necessária e urgente, considerando que há pessoas sofrendo e morrendo nas calçadas, sem acesso a um acolhimento digno.

Karen informou que, enquanto conselheiros, todos têm a atribuição de visitar os locais, sendo essa uma das responsabilidades previstas no exercício da função. Acrescentou que, no âmbito da Secretaria, esse processo já está em andamento.

Cris Silva/MNPR registrou, por meio do chat, questionamento sobre quais medidas a SMADS e o NDS pretendem adotar em relação às famílias que atualmente ocupam o prédio localizado no Itaim Paulista. Segundo ela, a situação é de descaso total, com indícios de negligência e abandono por parte das instituições responsáveis. Ressaltou que, até o momento, não há qualquer respaldo para as famílias, que seguem pedindo ajuda. Apontou a necessidade urgente de itens básicos como cesta básica, colchões,

cobertores e, acima de tudo, um acolhimento digno, tendo em vista que o prédio em que se encontram não apresenta condições adequadas de moradia.

Cris Silva/MNPR destacou ainda que foi estabelecido um prazo de 90 dias, mas questiona o que acontecerá após esse período, temendo que as famílias sejam despejadas à força, com presença policial, caso nenhuma alternativa seja oferecida.

Gisele destacou a importância de que a NDS compareça à próxima reunião ordinária para prestar esclarecimentos sobre o programa de locação social e apresentar as propostas relacionadas ao tema. Ressaltou que, inicialmente, havia sido informado que as pessoas que sairiam do Vila Reencontro seriam inseridas em unidades de locação. Contudo, até o momento, não houve clareza ou devolutiva concreta, especialmente nas reuniões realizadas com a organização Diagonal, que, segundo ela, não explicaram nada de forma efetiva. Pontuou que há pessoas passando fome e outras prestes a perder o local onde moram, sem que tenham recebido nenhuma alternativa concreta. Afirmou que foram prometidas diversas coisas às famílias, mas nada foi cumprido, e que nem mesmo atendimento está sendo prestado atualmente. Com relação ao Vila Reencontro do Itaim Paulista, relatou que os acolhidos estão abandonados e “jogados”, mencionando a secretária Eliana Gomes, a quem atribuiu incompetência na gestão pública. Acrescentou que não é a primeira vez que cobranças são feitas, e acusou a secretária de aparecer apenas para mentir à população. Diante desse cenário, Gisele solicitou com urgência a presença da NDS, a prestação de esclarecimentos formais e que seja realizada uma investigação sobre a atuação da referida gestora.

Gisele também trouxe o caso de uma mãe cujo teto da residência quase desabou sobre ela e seus filhos. A organização Diagonal, segundo o relato, compareceu ao local, comprometeu-se a providenciar a mudança da família, mas nada foi feito. Destacou que se trata de recursos públicos, o que demanda apuração rigorosa. Apontou ainda que há alegações de falta de vagas nos acolhimentos, mas, segundo ela, essas vagas existem, e cobrou transparência nos canais 156 e SEPAS. Disse que não estão levando as pessoas em situação de rua para acolhimento, questionando quem está coordenando o processo e enfatizando que, ao contratar uma empresa para gerir o serviço, é necessário garantir resposta e responsabilidade. Relatou também que estão tirando fotos das pessoas em situação de rua e recolhendo cadastros, sem, no entanto, oferecer acolhimento, o que levou Gisele a questionar para onde estão indo essas informações.

Em resposta, Karen informou que é possível sim formalizar o convite ao SEPAS e ressaltou que todas as questões e dúvidas apresentadas foram bem colocadas durante a reunião.

Gisele prosseguiu, destacando que há pessoas presentes na reunião que, na última visita ao Vila Reencontro do Itaim Paulista, sofreram preconceito. Denunciou que uma funcionária da NDS teria demonstrado nojo em relação às pessoas em situação de rua, afirmando que não era para tocarem nela. Essa mesma funcionária teria dito que quem quisesse o auxílio reencontro deveria sair imediatamente do local, adotando postura de desrespeito. Informou que essa profissional ocupa atualmente o lugar da ex-funcionária Sara, da NDS.

Gisele também mencionou o nome de Regina, afirmando que ela precisa dar satisfações à população em situação de rua desde que ingressou na SMDHC. Solicitou que uma reunião seja marcada com urgência, que os conselheiros sejam ouvidos, ainda que ao menos um terço deles, e que sejam tomadas medidas mínimas diante das inúmeras denúncias. Ressaltou que a população está cansada de levar as mesmas demandas todos os meses sem obter resposta ou escuta efetiva.

Karen, em nova intervenção, informou que a realização dessa reunião pode ser articulada com Regina, e que o encontro poderá ser fechado aos conselheiros, o que foi acordado por todos os presentes.

Mary apresentou relatórios do ano de 2025 e foram enviados aos conselheiros.

Após a leitura do relatório Mary pergunta se tem dúvidas

Então, a conselheira Gisele destaca que: a população em situação de rua não deseja ir para os abrigos, os quais, segundo ela, não aceitam o acolhimento por questões de horários. Questionou os motivos dessa resistência, levantando a hipótese de que os próprios usuários recusam o acolhimento oferecido. Pontuou que, conforme relatos recorrentes que tem escutado, muitos se recusam a aceitar o acolhimento devido aos horários restritivos — tanto o horário para entrada quanto o horário para saída dos equipamentos. Ressaltou, ainda, que diversos usuários afirmaram preferir permanecer nas calçadas, pois, quando estão no melhor momento de sono, por volta das 5h da manhã, são obrigados a acordar e deixar o espaço, o que reforça a rejeição ao sistema de acolhimento vigente.

Cleiton iniciou sua manifestação apontando deficiências estruturais nos serviços de acolhimento, mencionando de forma direta a precariedade no acesso a banheiros, a má qualidade da alimentação — descrita como "muquirana" — e a falta de preparo dos trabalhadores que atuam nesses equipamentos. Ele classificou essa situação como uma realidade constante, que vem sendo denunciada há anos sem resolução efetiva. Propôs reflexão sobre o que pode ser feito, sugerindo que a questão seja levada à Secretaria, à Coordenação e à ISMADES, considerando a persistência dos problemas mesmo com o fechamento de equipamentos.

Em seguida, Cleiton abordou relatos de violações de direitos no processo de acolhimento compulsório, os quais, segundo ele, acontecem fora do que determina o decreto legal vigente, inclusive em condições climáticas adversas. Ressaltou que essas práticas não condizem com os protocolos de abordagem nem garantem segurança às pessoas abordadas. Questionou como tais relatos são recebidos pelos órgãos responsáveis e o que tem sido feito a respeito.

Cleiton também trouxe à tona a dificuldade de acesso a vagas para públicos específicos, como mulheres cisgênero, pessoas LGBTQs, mulheres trans e outras identidades de gênero. Relatou que, em um episódio recente, ocorrido no fim de semana anterior, duas mulheres precisavam com urgência de acolhimento. A solicitação foi feita por meio do canal 156, mas houve uma espera de aproximadamente três horas. Diante da demora, foi necessário recorrer a organizações parceiras para conseguir vagas, pois as mulheres se encontravam em situação de vulnerabilidade e não podiam permanecer na rua. Apesar dos esforços, o acolhimento não foi efetivado e, como consequência, ambas retornaram à rua. Cleiton salientou que esse tipo de negligência contribui diretamente para a exposição das mulheres à violência, especialmente por não existirem espaços adequados para o acolhimento de mulheres trans, pessoas LGBTQs e outras identidades marginalizadas.

Encerrou sua fala questionando qual tem sido a atuação dos responsáveis diante dessas situações. Perguntou quais medidas estão sendo pensadas, qual a proporção de acolhimento possível e como o sistema responde quando mulheres — especialmente — buscam acolhimento e não encontram disponibilidade. Finalizou afirmando que essas foram as três principais questões que gostaria de apresentar.

Mary iniciou pontuando que, naquele momento, ninguém mais havia solicitado a fala, exceto Alderon, que logo em seguida se manifestou. Ela perguntou se ele gostaria de falar antes.

Posteriormente, ao responder à solicitação de Alderon sobre recomendações, Mary esclareceu que não havia incluído essa parte no relatório. Explicou que os encaminhamentos geralmente são baseados em informações do mês anterior e, como era sua primeira vez produzindo esse tipo de relatório na Secretaria, não sabia exatamente como era feito anteriormente. Propôs que os encaminhamentos fossem construídos em conjunto com o grupo.

Mais adiante, Mary retomou sua explicação institucional. Informou que pertence à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), mais especificamente à Proteção Especial. Explicou que essa coordenação é responsável pela parte técnica dos serviços: desenvolvimento de projetos, elaboração de notas e normas técnicas, acompanhamento dos serviços e avaliação da qualidade da oferta.

Sobre denúncias, reforçou que é necessário haver direcionamento claro para que a equipe consiga fazer o acompanhamento adequado em cada unidade. Com relação ao programa **Vila Reencontro**, afirmou que a SMADS não tem posição definida naquele momento, pois a responsabilidade direta pertence a outro setor. Informou ainda que o contrato com a organização Diagonal foi encerrado e que há possibilidade de os territórios assumirem as ações, mas que não sabia como seria feita essa transição. Comprometeu-se a buscar esclarecimentos e repassar as informações na próxima reunião ou diretamente às técnicas Karen e Roberta, que poderiam transmitir ao restante do grupo.

Alderon solicitou que Mary retomasse as recomendações mencionadas em sua fala, pois não conseguiu compreendê-las completamente quando foram expostas.

Alderon após a resposta de Mary, agradeceu a explicação.

Gisele acrescentou que, apesar das falhas, reconhece a existência de atendimento pessoal, e que, mesmo não sendo perfeito, o importante é garantir qualidade no acolhimento. Reforçou que esse tipo de qualidade não está sendo observado atualmente nos serviços. Finalizou agradecendo e encerrando sua participação.

Em outro momento, Gisele mencionou a ausência da COHAB, que havia participado da reunião anterior e se comprometido a retornar, o que não aconteceu. Sugeriu que fosse feito um novo convite, destacando a importância da participação da entidade.

Karen respondeu agradecendo a participação de Mary e informou que sua equipe está à disposição para atuar de forma conjunta. Relatou que já havia enviado um e-mail tratando da visita aos equipamentos, algo cobrado por Gisele e outras pessoas em reuniões anteriores. Reconheceu a complexidade da agenda institucional, mas defendeu o agendamento gradual dessas visitas. Afirmou que pretende articular as ações com a área de direitos humanos e com o SMADS. Comprometeu-se a reunir os encaminhamentos discutidos na reunião e a trazer respostas concretas, reforçando que nenhuma demanda será ignorada. Informou, ainda, que o comitê Pop Rua da próxima semana terá como pauta exclusiva a questão do Vila Reencontro e da locação social, com a presença de representantes responsáveis.

Cleiton se despediu cordialmente da reunião. Em seguida, solicitou um espaço para dar um informe final: comunicou que haverá uma atividade de convivência no dia seguinte às 14h, na região do Beco do Pinto, próximo ao Museu das Favelas. Também informou que haverá outra ação na sexta-feira, às 14h, no Museu da Língua Portuguesa, convidando todos os presentes a participarem.

O Superintendente Guilherme se despediu da reunião agradecendo e cumprimentando os participantes, incluindo Karen, Dentinho, Gisele e Alderon e os demais participantes.

Com agradecimentos finais de Mary Luciana da Cunha Silva, Karen Fernanda dos Santos Barbosa, e demais participantes. O encontro foi marcado por encaminhamentos importantes relacionados à qualidade dos serviços de acolhimento, articulação institucional e agenda de visitas técnicas.

Sendo o que havia para o momento, a reunião foi encerrada por volta das 17H15.

Encaminhamentos

	Descrição dos encaminhamentos	Data	Destino
1	Tendas Baixas temperaturas – Fiscalizar	25/06/2025	SMDHC
3	Vagas Vila Reencontro	25/06/2025	SMADS/NDS ORDINÁRIA
4	Eixo Locação Social	25/06/2025	SMADS
5	Convocar SEHAB Ordinária Julho/2025	25/06/2025	SEHAB
6	Convocar SEAS – SEPAS – NDS na Ordinária	25/06/2025	SMDHC/SMADS



Adalberto de Almeida Santos

Assessor(a) V

Em 17/07/2025, às 16:05.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **129501300** e o código CRC **381A2FAC**.
